



PARECER PRÉVIO Nº 23/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 12149/2020.

Apensos: Processos nº 13461/2019, 15919/2019 e 17433/2019.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Airão.

4- Exercício: 2019.

5- Responsável: Roberto Frederico Paes Junior (Prefeito Municipal).

6- Advogados: Juarez Frazão Rodrigues Junior - OAB/AM 5851, Cristian Mendes da Silva - OAB/RO 4.380 e OAB/AM A-691.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5120/2021-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Airão. Exercício de 2019.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das contas do Senhor **Roberto Frederico Paes Junior**, Prefeito Municipal de Novo Airão e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997.

Vencida a proposta de voto do relator pela recomendação da Desaprovação das Contas.



PARECER PRÉVIO Nº 23/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Maio de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Luis Fabian Pereira Barbosa, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

13.2. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Redatora

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA

Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Conselheiro-Convocado

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 23/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 12149/2020.

Aposos: Processo nº 13461/2019, 15919/2019 e 17433/2019.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Airão.

4- Exercício: 2019.

5- Responsável: Roberto Frederico Paes Junior (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Juarez Frazão Rodrigues Junior - OAB/AM 5851.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5120/2021-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Airão. Exercício de 2019.

Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do vot-o vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar o encaminhamento deste Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Novo Airão, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas.

10.2. Determinar à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às **Contas de Gestão** mencionadas nos itens de 01 a 04 apresentados pela DICOP; e de 05 a 25 apresentados pela DICAMI, listados na fundamentação do voto.

10.3. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Novo Airão e à Prefeitura Municipal.



ACÓRDÃO Nº 23/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de maio de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Luis Fabian Pereira Barbosa, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

13.2. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Redatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral